



PROJETO LEI Nº 064/PMP/2023

DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

*“Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar a Concessão de Uso de Bens Públicos Municipais de áreas que especifica e dá outras providências”.*

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, **APROVA** e eu, Prefeito Municipal, **SANCIONO** e **PROMULGO** a seguinte Lei:

**Art. 1º**- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir, através de Concessão de Direito Real de Uso de Bens Públicos, mediante escritura pública e/ou termo administrativo, pelo prazo de 15 (Quinze) anos, a contar da assinatura do contrato administrativo, proveniente de licitação na modalidade Concorrência Pública, na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/93, bem como na Lei Orgânica do Município de Palminópolis, de áreas localizadas no Município, conforme as descrições a seguir:

§ 1º - **Proprietário:** Prefeitura Municipal de Palminópolis, **Matrícula nº R-1-1471, Área total: 2.858,72 m² (Dois Mil e Oitocentos e Cinquenta e Oito Virgula Setenta e Dois)** metros quadrados, situado no Setor Industrial, nesta cidade, conforme as dimensões e confrontações, especificadas no mapa/croqui, anexo à presente Lei;

§ 5º - O mapa contendo a localização, croqui, dimensões das Áreas descritas nos parágrafos acima descritos, Certidão de Inteiro Teor, e demais documentos denominado Anexo I, faz parte integrante da presente Lei;

§ 6º - O Prazo para concessão de uso descrita no Caput desse artigo poderá ser prorrogado por igual período, através de Decreto do Poder Executivo devidamente justificado.

**Art. 2º** - As áreas objeto da presente concessão de uso, pelo prazo que especifica, destinar-se-á à instalação de indústrias e ou comércios, que visem o desenvolvimento econômico, e a geração de empregos em nosso município.

§ 1º - Havendo, a qualquer tempo, alteração das atividades, de razão social, ou modificações no quadro social, deverá a empresa comunicar ao Poder Executivo, através de ofício endereçado a Secretaria de Administração;



§ 2º - Caso a mudança de atividade da empresa importe em descaracterização de atividade industrial e ou comercial, a presente concessão ficará condicionada a autorização através de Decreto do Poder Executivo;

§ 3º - As atividades a serem desenvolvidas não poderão perturbar o sistema ecológico, zelando a vencedora da concessão pela preservação do meio ambiente;

§ 4º - As áreas objeto de concessão de uso, provenientes de licitação na modalidade concorrência Pública, terão gravado na matrícula de registro cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

**Art. 3º** - São condições imprescindíveis para a presente concessão de uso e posterior doação:

I - utilização do imóvel exclusivamente para desenvolver atividade de indústria e ou comércio, no período de 15 (Quinze) anos;

II - Pleno funcionamento da indústria e comércio no período de 1 (Um) ano, a contar da data de assinatura do contrato administrativo proveniente de Licitação na modalidade concorrência;

III - manter o imóvel com destinação compatível com o interesse público;

IV - A comprovação de pleno funcionamento será comprovado através de emissão do alvará de funcionamento da atividade de indústria e ou comércio instalada na área descrita.

V - concretizar todos os planos e/ou projetos assumidos pela Carta de Intenções;

VI - Realizar todas as contratações de colaboradores por meio do Sistema Nacional de Emprego (SINE) local ou Órgão correlato.

VII - Prestar assistência mensal a, pelo menos, uma entidade assistencial e/ou filantrópica municipal que esteja rigorosamente em dia com a documentação legal no âmbito federal, estadual e municipal;

§1º Os prazos mencionados neste artigo contarão a partir da data de assinatura da escritura pública de concessão de direito real de uso e/ou termo administrativo de concessão.





**Art. 4º** - As áreas objeto desta concessão de uso se reverterão de pleno direito ao Município, independente de notificação judicial, com a sua imediata desocupação, incorporando - se as benfeitorias ao patrimônio público, sem direito a qualquer tipo de indenização, nos seguintes casos:

I - cessão ou doação no todo ou em parte, pelo cessionário, da área objeto desta concessão;

II - ocorrer desvio das finalidades no uso e ofensa ao interesse público;

III - renúncia expressa ou tácita de início de construção ou utilização da área, no prazo máximo de 01 (Um) ano a contar da assinatura do contrato administrativo proveniente de licitação na modalidade concorrência;

IV - Fica estabelecido o prazo de 2 (Dois) anos, a contar da assinatura do contrato administrativo, proveniente de licitação, para a finalização das construções, instalação, bem como o início da plena atividade, o que não ocorrendo, poderá ser interpretado como desvio de finalidade e ofensa ao interesse público, constituindo-se em motivo de reversão tal infringência, voltando a área, a pertencer ao patrimônio público municipal, independentemente de notificação judicial e ou extrajudicial.

**Art. 5º** - O descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei implicará na automática extinção da presente concessão de uso, sem que caiba à empresa qualquer direito a indenização ou ressarcimento por edificações feitas ou melhorias introduzidas na área.

**Art. 6º** - Decorridos 15 (Quinze) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento, a partir da assinatura do termo de concessão a que esta Lei se refere, uma vez cumpridas às obrigações aqui estabelecidas, o Poder Executivo poderá, independente de nova autorização legislativa, transformar a concessão de direito real de uso em doação à sociedade empresária até então concessionária.

§1º. A doação se consolidará com cláusula específica na escritura, instrumento do qual constarão as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, bem como com a cláusula de reversão por desvio de finalidade, paralisação de suas atividades principais ou infração de quaisquer das disposições legais.

§2º. A reversão de que trata o parágrafo anterior se dará por simples termo administrativo emanado do Poder Executivo, independentemente das ações



judiciais cabíveis, observados os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

**Art. 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

**Art. 8º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 9º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação do orçamento vigente.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS-**  
**GO**, aos 04 dias do mês de dezembro do ano de 2023.

  
**FRANC HELVIS VAZ**  
-Prefeito-





GOVERNO MUNICIPAL DE

2021-2024

**PALMINÓPOLIS**

*Construindo um novo futuro*

Ofício nº 212/PMP/2023

Palminópolis, 04 de dezembro de 2023.

Exmo. Sr.

**ANIZIO PAULINO DOS SANTOS NETTO.**

**DD. Presidente da Câmara Municipal e Vereador.**

**Palminópolis - Goiás.**

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente, para encaminhar a Vossa Excelência, a justificativa e o Projeto de Lei n. **064/PMP/2023**, que *"Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar a Concessão de Uso de Bens Públicos Municipais de áreas que especifica e dá outras providências"*.

Neste sentido, ressalvo que o supracitado projeto é enviado em caráter de tramitação Normal, para ser apreciado e votado.

Na certeza de contar com a aprovação dessa respeitosa Casa de Leis, renovo a V. Ex. protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**FRANC HELVIS VAZ**  
-Prefeito-



GOVERNO MUNICIPAL DE

2021-2024

**PALMINÓPOLIS**

*Construindo um novo futuro*

# ANEXO I

Telefone: 0(64)3675-1167 CNPJ: 01.178.573/0001-72

Rua Elpídio de Paula Ribeiro, 395 – Setor Central, CEP: 75.990-000 – Palminópolis – Goiás

E-mail: [pmpalminopolis@hotmail.com](mailto:pmpalminopolis@hotmail.com)



GOVERNO MUNICIPAL DE

2021-2024

**PALMINÓPOLIS**

*Construindo um novo futuro*

## PROJETO DE LEI MUNICIPAL N° 064/PMP/2023.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora.

Encaminhamos a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei n° 064/PMP/2023, para o qual pedimos apreciação dos nobres senhores.

### JUSTIFICATIVA

Valho-me do ensejo para remeter a essa Egrégia Câmara, Projeto de Lei que Autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar a Concessão de Uso de Bens Públicos Municipais de áreas que especifica e dá outras providências.

A Administração Pública Municipal visa criar mecanismos para a geração de empregos e fomento ao crescimento e desenvolvimento econômico deste Município.

Imperativo ressaltar que para a geração de empregos e fomento ao crescimento e desenvolvimento econômico e necessário a instalação e implantação de empresas, em nosso Município.

Insta salientar que é necessário que o Município tenha instrumentos que alavanquem o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

Importante observar ainda que os ganhos que o Município de Palminópolis terá com a implantação e instalação de indústrias e ou comércios é inestimável, porém podemos ressaltar como alguns dos mais importantes ganhos a geração de postos de trabalho e ainda ganhos econômicos e incremento de receita para a economia local.

A Constituição Federal e a Estadual em alguns dispositivos referem-se aos incentivos do Poder Público ao setor privado.

Ao disciplinar a Ordem Econômica, o legislador procurou demonstrar no artigo 170 da Constituição Federal, e no artigo 134 da Constituição Estadual, a importância das empresas e indústrias no cenário econômico, resultando em garantias Constitucionais para que o homem possa





viver dignamente com a remuneração do seu trabalho, a livre iniciativa, a justa distribuição de renda com a finalidade de uma existência digna, e de uma equidade pautada na justiça social.

No artigo 3º da Constituição Federal, na mesma forma no artigo 3º da Constituição Estadual, inscreve entre os objetivos da República Federativa do Brasil e do Estado de Goiás garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza, fatores que reforçam a ideia de que o Estado deve utilizar-se de meios para gerar empregos e riquezas, incentivando à instalação de empresas.

O trabalho é uma garantia constitucional, artigo 6º da Constituição Federal, que leva a dignidade da pessoa humana, sendo assegurado também na Constituição Federal e na Constituição Estadual, o pleno emprego, que tem por fim garantir que a população economicamente ativa esteja exercendo atividades geradoras de renda, contribuindo para o desenvolvimento do país e valorizando o trabalho humano.

A legislação infraconstitucional prevê possibilidade do Poder Público conceder incentivos às entidades privadas com fins lucrativos, sendo que o artigo 17 da Lei nº 8.666/93, prevê tal possibilidade.

Destarte, a implantação de indústrias e ou comércios em nosso Município além de gerar riquezas para este diminui a pobreza, garantindo maior igualdade entre todos, criando empregos e favorecendo a atividade econômica de forma geral.

Ante as dificuldades mundiais na geração de empregos e diante da realidade de nossa região, devemos buscar de forma incessante a geração dos mesmos.

Não obstante a justificativa do interesse Público para implantação de indústria, e ou comércio em nosso Município, a defesa do patrimônio público deve merecer a atenção dos Administradores Públicos, para isto é importante que tenhamos clareza sobre o que constitui o bem público e sobre a forma possível de sua utilização.

É cediço que a Administração Pública atua sob a direção do principio da legalidade.





A Constituição Federal em seu artigo 37 traz os princípios inerentes à Administração Pública que são: *Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência*. O escopo desses princípios é de dar unidade, coerência e controlar as atividades administrativas dos entes que integram a Administração Pública.

Segundo o Princípio da Legalidade o Agente Público, em toda a sua atividade laboral, esta sujeito aos mandamentos da lei, não podendo desviar das leis, sob pena de praticar ato inválido, pois a Administração Pública em toda a sua atividade, está presa aos mandamentos das leis, ou seja, as atividades administrativas estão condicionadas ao atendimento da lei.

Nesse sentido a Constituição Federal determinou que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “*zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público (inc. I do art.23)*”.

O referido diploma legal em seu art. 37, inciso XXI, dispõe:

***Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:***

(...)

***XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)***

Assim, é de clareza solar que o Poder Público deve licitar as Concessões de espaço público, conforme estabelece o art. 2º da Lei n. 8.666/93, vejamos:

***Art. 2º - As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração***



*Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei (grifo nosso).*

Nesse sentido vejamos agora o conceito de licitação. O professor Hely Lopes Meirelles conceitua licitação como:

*"o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Visa propiciar iguais oportunidades aos que desejam contratar com o Poder Público, dentro dos padrões previamente estabelecidos pela Administração, e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos".*

O conceito de licitação dado por Celso Antônio Bandeira de Mello enfatiza a concorrência entre os participantes. É como se lê:

*"Licitação - em suma síntese - é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na idéia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir".*

Na visão de Maria Sylvia Zanella Di Pietro a licitação é:

*"o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para celebração de contrato".*

Destarte a Concessão de Direito Real de Uso é um instituto previsto no Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, mais especificamente em seu art. 7º, devidamente modificado pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, que dispõe:

*"Art. 7º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou*





*indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas. (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)"*

O doutrinador Carvalho Filho aponta, de forma correta, as vantagens para a Administração Pública, da utilização deste instrumento:

*"A concessão de direito real de uso salvaguarda o patrimônio da Administração e evita a alienação de bens públicos, autorizada às vezes sem qualquer vantagem para ela. Além do mais, o concessionário não fica livre para dar ao uso a destinação que lhe convier, mas, ao contrário, será obrigado a destiná-lo ao fim estabelecido em lei, o que mantém resguardado o interesse público que originou a concessão real de uso."*

Portanto concessão de uso é um contrato, portanto apresenta bilateralidade, o que difere das formas anteriores (atos unilaterais) e admite-se duas espécies: *a) remunerada e b) a gratuita e deve ter prazo determinado, extinguindo-se ao seu termo final.*

Deve-se destacar, ainda, que a concessão de direito real de uso é um dos instrumentos da Política Urbana, tal qual previsto na alínea "g" do inciso V do art. 5º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), o que implica na utilização do referido instrumento jurídico para observar as diretrizes gerais da mencionada Política Urbana.

Diretrizes essas que são os meios para se alcançar o objetivo primordial da referida política, qual seja: *ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.*

Ressalte-se que uma das referidas diretrizes é a garantia do direito a cidades sustentáveis, sendo o citado direito entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (inciso I do art. 2º da Lei nº 10.257/01).



Ora, pela natureza da concessão de direito real de uso, verifica-se que é um instrumento jurídico fundamental para o planejamento urbano.

No pertinente à situação das referidas áreas, será realizado procedimento licitatório para a concessão de uso, e ainda estas áreas imóveis configuram bens dominiais localizados em áreas urbanas.

Ademais a intervenção que o Poder Público Municipal pretende se mostra extremamente necessária para a garantia do bem-estar da coletividade, atendendo a demanda dos munícipes por postos de trabalho e locais para alimentação.

Importante esclarecer que fazem parte integrante do presente projeto de lei o anexo I, contendo o mapa/croqui dos quiosques, memoriais descritivos, certidões e demais documentos das áreas.

Ressalta-se que as áreas estão desocupadas, não havendo ainda ocupação das mesmas.

Cabe, por último, dizer que a Constituição de 1988 no seu art. 18 concedeu plena autonomia ao Município para organizar a política urbana, assim explicitada por Hely Lopes Meirelles:

*"a autonomia administrativa confere ao Município a faculdade de organizar e prover seus serviços públicos locais, para a satisfação das necessidades coletivas e pleno atendimento dos munícipes, no exercício dos direitos individuais, e no desempenho das atividades de cada cidadão. Essa autonomia abrange a prerrogativa de escolha das obras e serviços a serem realizados pelo Município, bem como do modo e forma de sua execução, ou de sua prestação aos usuários." (in "Estudos e Pareceres de Direito Público, cit. por Fábio Pedro Nadal, opus cit.)*

Importante afirmar ainda que a Lei Orgânica do Município de Palminópolis, em especial no Art. 99, prevê a possibilidade de concessão de uso, vejamos:

*Art. 99 – O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.*





GOVERNO MUNICIPAL DE

2021-2024

**PALMINÓPOLIS***Construindo um novo futuro*

Nesse sentido aduz Fábio Pedro Nadal: "*Logo, a destinação dos bens públicos integrantes do patrimônio municipal possuem destinação cambiável, segundo os superiores interesses da comuna*".

Destarte, a concessão, quando feita, tem como escopo a implantação de indústrias e ou comércio, com o intuito de geração de empregos e fomento ao crescimento e desenvolvimento econômico e social deste Município.

Necessário se faz que o Município tenha instrumentos que alavanquem o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

Entre estes instrumentos, e talvez os de maior dificuldade de se implantar, são os que permitem atrair e fomentar investidores externos ou locais para, por meio de seus espíritos empreendedores, gerarem alternativas de emprego e renda em nossa comunidade.

Imperativo ressaltar que a instalação de empresas gera riquezas e empregos, sendo de vital importância para o desenvolvimento do Município.

Sendo assim, o interesse público, indiscutivelmente, está presente, pois a implantação da referida empresa promoverá o desenvolvimento do município, através da geração de novos empregos, melhoria das condições de vida local e aumento da arrecadação de tributos.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência, na tramitação do presente Projeto de Lei.

Diante do exposto e percebendo não se fazer necessário maiores comentários, solicitamos dos Nobres Vereadores a aprovação da presente matéria e sua consequente transformação em Lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS**, aos 04 dias do mês de dezembro de 2023.

  
**FRANC HELVIS VAZ**  
-Prefeito-

Telefone: 0(64)3675-1167 CNPJ: 01.178.573/0001-72

Rua Elpidio de Paula Ribeiro, 395 – Setor Central, CEP: 75.990-000 – Palminópolis – Goiás

E-mail: pmpalminopolis@hotmail.com



SETOR RESIDENCIAL "JARDIM DAS OLIVEIRAS"

RODOVIA GO-162

RUA MESIAS RODRIGUES DE SOUZA

RODOVIA GO-162

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL

RUA ELPÍDIO DE PAULA RIBEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL

2.658,72m²  
Transportadora Cordeiro Ltda.  
CNPJ: 43.374.629/0001-04

Prefeitura

75,13  
Prefeitura

Prefeitura

PREFEITURA MUNICIPAL

# ROTEIRO DO PERIMETRO

| MARKS | CE   | PA   | AZIMUTE      | DISTANCIA EM METROS | COORDENADAS | X            | Y |
|-------|------|------|--------------|---------------------|-------------|--------------|---|
| M 4   | M 14 | M 14 | 165° 22' 54" | 302,59              | 589860,740  | 814,2077,107 |   |
| M 14  | M 15 | M 15 | 258° 40' 45" | 40,02               | 589938,808  | 814,2784,766 |   |
| M 15  | M 13 | M 13 | 345° 02' 54" | 306,77              | 589899,848  | 814,1775,546 |   |
| M 13  | M 4  | M 4  | 82° 27' 51"  | 40,35               | 589820,720  | 814,2011,912 |   |

ÁREA EM LOTES = 11.800,70 M².

## DESMEMBRAMENTO URBANO

Proprietários:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMANGOLAS

Cidade:  
Palmangolas - GO.

Área Total:  
12.671,40 M².

Partes de Quilômetros  
02

Escala:  
1 : 1000

Partes de Lotes  
14

RELA JURAMENTADA  
Eu, o Sr. João Valdir de Souza, engenheiro de topografia, registro nº 2071, 1998, no dia 14 de maio de 2013, em Palmas, TO, certifico que este projeto foi elaborado por mim ou sob minha supervisão e responsabilidade técnica.

R.T. João Valdir de Souza - TPO/TO

Data:  
Outubro/2013